

“MULHERES PÚBLICAS”: SEXUALIDADES DESVIANTES E PROSTITUIÇÃO NO ALTO SERTÃO DA BAHIA (CAETITÉ, 1900-1940)*

“PUBLIC WOMEN”: DEVIANT SEXUALITIES AND PROSTITUTION IN THE ALTO SERTÃO OF BAHIA (CAETITÉ, 1900-1940)

Miléia Santos Almeida**

RESUMO

A análise de processos-criminais para identificar as experiências de mulheres pobres diante das leis penais no alto sertão da Bahia revela uma série de fragmentos de suas vidas e os discursos médico e jurídicos que compunham as narrativas dos documentos no início do século XX. Emergem desses processos as mulheres definidas como “meretrizes, públicas ou de vida livre”, sobretudo nas localidades consideradas de “baixo meretrício” no município de Caetité. Compreendemos que, diante do projeto moralizador republicano, a prostituição representava, ao mesmo tempo, uma ameaça e um mal necessário, sendo alvo das estratégias de “civilização dos costumes” até mesmo nas regiões mais interioranas. Por sua vez, as intenções moralizantes das elites brasileiras se chocavam com “outros padrões de moralidades” de homens e mulheres pobres sertanejas que vivenciavam as sexualidades em desacordo com os padrões morais dominantes. Além dos processos, é possível perceber discursos sobre a prostituição em outras tipologias documentais, sempre mediadas pelo olhar vigilante das elites sertanejas, que aqui são analisadas sob a perspectiva teórica da história das mulheres e das relações de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: *Mulheres. Alto sertão da Bahia. Sexualidades. Prostituição.*

ABSTRACT

The analysis of criminal cases to identify the experiences of poor women in the face of criminal laws in the high hinterland of Bahia reveals a series of fragments of their lives and the medical and legal discourses that made up the narratives of the documents in the early twentieth century. Among them, women defined as “prostitutes, public or free-living”, emerge, especially in locations considered to have “low prostitution” in the municipality of Caetité. We understand that, in view of the republican moralizing project, prostitution represented both a threat and a necessary evil, being the target of strategies of “civilization of customs” even in the most inland regions. In turn, the moralizing intentions of the Brazilian elites collided with “other standards of morality” of poor men and women from the backlands who experienced sexualities in disagreement with the dominant moral standards. In addition to the processes, it is possible to perceive discourses about prostitution in Caetité in other documentary typologies, always mediated by the watchful eye of the sertaneja elites, which are analyzed here from the theoretical perspective of women's history and gender relations.

KEYWORDS: *Women. Alto Sertão of Bahia. Sexualities. Prostitution.*

* O presente artigo é parte da análise construída em minha dissertação de mestrado, defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), intitulada “*Actos delictuosos*”: mulheres e criminalização no alto sertão da Bahia (Caetité, 1890-1945). Sob uma perspectiva feminista da história das mulheres e das relações de gênero, buscamos analisar trajetórias e narrativas do processo de criminalização das mulheres caetiteenses, atravessando as cinco décadas que compreendem o fim do século XIX e a primeira metade do XX.

** Professora da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e doutoranda em História pela Universidade de Brasília (UNB). E-mail: mileia.sa@gmail.com

O início do século XX no Brasil foi marcado pela implantação do sistema político republicano, pela recente abolição da escravidão negra e pelo estabelecimento de uma nova organização jurídica constitucional, penal e cível. Havia uma preocupação das elites brasileiras em ordenar a sociedade e exercer o controle sobre as camadas empobrecidas e consideradas perigosas ao projeto de moralização e civilidade republicano. Pontua Sidney Chalhoub sobre o cotidiano dos trabalhadores cariocas nas primeiras décadas republicanas:

No discurso dominante, o mundo da ociosidade e do crime está à margem da sociedade civil – isto é, trata-se de um mundo marginal, que é concebido como imagem invertida do mundo virtuoso da moral, do trabalho e da ordem. Este mundo às avessas – amoral, vadio e caótico – é percebido como uma aberração, devendo ser reprimido e controlado para que não comprometa a ordem (CHALHOUB, 1986, p. 78).

Sem dúvidas, uma fonte histórica privilegiada para o estudo da criminalização das classes populares são os processos criminais, considerado por Chalhoub “uma encruzilhada de muitas lutas”. No que diz respeito à história das mulheres e das relações de gênero¹, os processos-crime são marcados por discursos que reproduziam padrões sexuais normativos para homens e mulheres na sociedade, sob a ótica da moral burguesa. Entretanto, revelam em suas entrelinhas, outros papéis de gênero² redefinidos pelas mulheres de classes populares. Os fragmentos das histórias dessas mulheres, ainda que no momento excepcional do julgamento, permitem desmistificar imagens cristalizadas de suas ações. Explica Soihet (1989, p. 10-11):

Apesar do fato presente da dominação ideológica, o que explica muitos dos traços comuns existentes entre mulheres situadas antagonicamente na estrutura social, as mulheres das camadas populares apresentam também certas características próprias, padrões específicos, ligados às suas condições de vida.

O cenário da narrativa de nossa análise é a região de Caetité, no início do século XX, localizada no alto sertão da Bahia³, outrora centro econômico e cultural desses sertões, que passou por uma crise socioeconômica no final do século XIX, causada pelos longos períodos de estiagem, por crises na produção agrícola, migrações e epidemias, o que contribuiu para a formação da população empobrecida no cenário urbano e para a ocorrência de intenso êxodo rural. Por ser berço de uma elite política e

¹ “A história das mulheres certamente contribuiu para identificar e expandir nossa compreensão sobre novos fatos do passado, para incrementar nossos conhecimentos históricos. Este processo é cumulativo e interativo: para estudar a vida das mulheres no passado, os(as) historiadores(as) se apoiam sobre as especialidades mais antigas, tais como a demografia histórica para estudar os dados do estado civil, as ocupações e as migrações; a história econômica para as transformações econômicas; a história social para os processos de transformação estrutural em grande escala, como a profissionalização, a burocratização e a urbanização; a história das ideias para os métodos de crítica dos textos; e a história política para os conceitos relativos ao poder. Uma nova especialidade histórica nasceu contendo por objeto as mulheres, tornando-as sujeitos da história” (TILLY, 1994, p. 34)

² “Podemos dizer que um ‘sistema de sexo/gênero’ consiste em uma série de arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana” (RUBIM, 2017, p. 11).

³ Explica Maria de Fátima Pires (*apud* SANTOS, P., 2014, p. 17): “Durante os primórdios da colonização essa área pertenceu ao morgadio da Casa da Ponte, dos Guedes de Brito, que dividia com os Garcia D’Ávila – Casa da Torre – toda a extensão do território baiano” [...] “O alto sertão, ou ‘sertões de cima’, constituiu-se historicamente com a criação de gado vacum, os denominados ‘currais da Bahia’, na extensão do São Francisco ao rio das Velhas e, posteriormente, com a mineração, na Chapada Diamantina. As fazendas de criar se expandiram pelo sertão desde o século XVII e a exportação do gado da zona do São Francisco para a capital se fazia através do planalto baiano”.

intelectual na região, ali o projeto civilizador republicano, de cunho higienista e moralizador, se expressava por intermédio dos códigos de posturas municipais e de periódicos da época, além dos referidos processos. Ressaltamos que os termos “caetiteense” e “alto-sertaneja” são utilizados aqui como adjetivos sinônimos para as mulheres da região analisada em virtude não apenas da amplitude que a vila de Caetité possuía, mas por abarcarmos localidades que deixaram de pertencer ao seu território, mas continuaram a manter profícuas relações e preservar similitudes quanto aos hábitos culturais e socioeconômicos de seus habitantes. Expõe Maria Lúcia Porto Nogueira (2015, p; 141):

Os novos estudos historiográficos sobre o alto sertão baiano têm corroborado nessa perspectiva de trazer à luz processos históricos povoados por novos sujeitos, por agentes históricos que ficaram obscurecidos por longo período, a exemplo do silêncio e das ausências a que ficaram relegadas as mulheres. Estudos de gênero vêm elucidar os novos significados do feminino e do masculino naquela região. Essas contribuições caminham no sentido de desconstruir estereótipos correntes sobre o Nordeste, sobre o sertão, sobre as mulheres e outros.

As mulheres alto-sertanejas pobres e trabalhadoras, ainda que, na maioria das vezes, buscassem se enquadrar aos padrões hegemônicos impostos pelas classes dominantes, num movimento de circularidade cultural⁴ e de apropriação de valores, frequentemente contradiziam esses padrões na realidade concreta de suas vidas. Sua presença nos espaços públicos poderia não parecer tão efervescente quanto para as soteropolitanas do mesmo período⁵, porém as próprias fontes criminais revelam uma atuação constante nas áreas urbanas e rurais. Mesmo nos espaços privados, suas ações não correspondiam ao modelo burguês patriarcal, que reservava para as mulheres um papel de mãe e esposa submissa. E, por sua vez, a violência envolvendo mulheres que habitavam ou frequentavam zonas de prostituição provocava um misto de tolerância e condenação às formas desviantes de sexualidade.

Este artigo busca, por meio da análise das experiências de mulheres classificadas como meretrizes ou prostitutas, esquadriñar discursos, representações e práticas que as criminalizavam, ao denunciar o exercício considerado “imoral” de suas sexualidades. Prostitutas infringiriam de formas diferentes os códigos morais e as leis criminais, não porque desempenhassem papéis de contestação e resistência às estruturas que conformavam aquelas regras sociais, mas por não se encaixarem nos estreitos moldes criados para elas. Por tais motivos, essas mulheres eram alvo corriqueiro do controle jurídico e, quando caíam nas malhas da justiça, revelavam o insucesso daquele modelo de moralidade exaltado pelas elites. Desta forma, destaca Maria Clementina da Cunha (1998, p. 21):

A legislação assumia aí um duplo caráter: reprimir e punir infratores que ameaçassem a “família”, mas também passar “imagens positivas da ordem” para as mulheres das

⁴ Em seu prefácio à edição inglesa de *O queijo e os vermes*, Ginzburg resgata um conceito de Mikhail Bakhtin, afirmando que é possível resumir no termo “circularidade” a relação entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas existiu, na Europa pre-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo (exatamente o oposto, portanto, do “conceito de absoluta autonomia e continuidade da cultura camponesa” que lhe foi atribuído por certo crítico) (Cf. GINZBURG, 2006, p. 10).

⁵ Em sua dissertação, *Salvador das Mulheres*, Alberto Heráclito Ferreira Filho (1994) identifica uma forte presença feminina em diversos espaços públicos da capital baiana, durante o primeiro período republicano no Brasil, tecendo comparações entre as vivências das mulheres de classes médias e altas e das mulheres dos segmentos populares, abordando de forma panorâmica temas como maternidade, prostituição, trabalho doméstico e comércio, relações sexo-afetivas, feminismo, entre outros.

classes populares cuja rotina de vida e trabalho, evidentemente, impossibilitava que seguissem os preceitos da lei e dos bons costumes [...]. Assim, o universo das mulheres honestas estava novamente restrito às mães ou moças de família, diferenciadas daquelas mulheres cuja pobreza, aos olhos dos homens da lei, praticamente as indiferenciava do universo da prostituição e do vício.

Analisando as estratégias de controle feminino, mascaradas sob o pretexto do tratamento da loucura no interior do Hospício Juquery, em fins do século XIX e início do XX, Cunha pontua que os instrumentos legislativos também almejavam estabelecer um padrão “definido de cima, sobre a moralidade e as condutas femininas” (CUNHA, 1998, p. 21). Entretanto, a punição para as mulheres que, ao contrapor esse padrão, violassem os artigos penais, não era o único objetivo jurídico. Havia também a necessidade de estabelecer limites para o comportamento de um universo de mulheres que vivia constantemente nas brechas da moral e dos bons costumes, como era, por exemplo, o caso das prostitutas.

No que se refere às análises da biopolítica, das sexualidades e dos dispositivos de controle sobre os corpos que operam nos discursos e nas práticas no interior das normas, a história da sexualidade de Foucault oferece algumas chaves analíticas, como o conceito abrangente de moral, que inclui mais do que códigos e regras estabelecidos, mas a forma como ela é apropriada pelos indivíduos em sua vida cotidiana. “Por ‘moral’ entende-se, igualmente, o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e aos valores que lhes são propostos: designa-se, assim, a maneira pela qual eles se submetem [...] a um princípio de conduta; pela qual eles obedecem ou resistem” (FOUCAULT, 1984, p. 26).

A presença das mulheres envolvidas nas zonas de prostituição em Caetité, designadas como “mulheres públicas, meretrizes ou de vida livre”, emerge em nossa documentação, sobretudo, nos processos-crime de homicídio, e é inconcebível ignorarmos este fato. Silenciadas e ocultas em outras fontes oficiais, é por meio dos arquivos judiciais que temos contato com fragmentos de suas histórias. Por tanto tempo tolerada enquanto mal necessário, a prostituição só representava uma ameaça quando se colocava como empecilho ao projeto civilizatório das elites republicanas. A repressão ao meretrício justificava-se tendo como base um dos pilares básicos da ideologia republicana: a moralidade das famílias e do espaço público (SANTANA, 1996, p. 53). Ao analisar práticas e representações associadas à prostituição feminina na cidade de Salvador, de 1900 a 1940, Nélia de Santana destaca esta ambiguidade presente nas medidas repressivas, que não visavam acabar com a prostituição, mas mantê-la sob controle:

Por mais que as autoridades tentassem homogeneizar o conjunto das meretrizes, estas estabeleciam diferenças a partir das suas experiências. Desqualificadas as prostitutas o eram, sem dúvida. Contudo, as vivências que tinham no mundo da prostituição estavam eivadas de fantasias, medos, prazeres, afetividade, desejo, violência, e, portanto, o cotidiano dessas mulheres estava muito além das estreitas definições, tão propagadas, de anormais e normais, mundanas e honestas (SANTANA, 1996, p. 98-99).

E na região do alto sertão da Bahia, em que espaços as mulheres associadas à prostituição apareciam?⁶ De que forma ocorria a sua criminalização? Que experiências emergem nas margens dos processos criminais? Que papéis elas desempenhavam diante da sociedade caetiteense? Como as hierarquias de gênero, classe e raça afetavam a vida dessas mulheres? Por meio de uma análise que considera o gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 21), compreendendo que marcadores como classe e raça estruturam e tornam mais complexas essas relações, se realiza uma análise de viés interseccional dessas experiências, na perspectiva proposta por Patrícia Hill Collins (2021, p. 17):

Em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social.

Tais relações interseccionais de poder serão analisadas no escopo documental de nove processos-crime de homicídio, defloramento e lesões corporais⁷, nos quais figuram essas mulheres, por meio de uma abordagem qualitativa da micro-história, em diálogo com registros civis, relatos memorialistas e textos publicados em periódicos locais. Como orienta a perspectiva do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1991), a análise dessas fontes prioriza os pormenores e detalhes como pistas/sinais reveladores da experiência histórica que, no contexto dos inquéritos criminais está permeada pelo discurso dominante e normatizado, que opera no sentido não somente de “vigiar e punir” os atos das mulheres, mas também de “civilizar” práticas consideradas violadoras da moral vigente.

“MULHERES DE VIDA PÚBLICA”: A PROSTITUIÇÃO NAS FRONTEIRAS DA RUA NOVA

Era, portanto, como um fantasma que ela aparecia como virtualidade a irromper das profundezas do desconhecido corpo feminino, como possibilidade perigo que poderia habitar a sexualidade de todas as mulheres.

Margareth Rago, 1991

O ano era 1942, em uma rua localizada na zona central da cidade de Caetité nas proximidades da Praça do Mercado, antigo Largo do Alegre, onde cidadãos de toda região iam comercializar seus

⁶ O termo “prostituição” aqui assume características mais amplas, ao incorporar mulheres criminalizadas por práticas sexo-afetivas desviantes aos padrões morais da sociedade e/ou moradoras de regiões de baixo meretrício, classificadas como prostitutas ou meretrizes pelas autoridades policiais e jurídicas nos processos criminais analisados.

⁷ Como dito anteriormente, este texto integra parte de uma dissertação de mestrado que analisou cerca de 50 processos-crime nos quais mulheres figuravam como vítimas, acusadas ou testemunhas. Entre eles estavam os processos nos quais se identificam as “mulheres de vida livre”.

produtos, adquirir mercadorias e serviços e, mais do que isso, exercer sua rede de sociabilidades marcadas pelos trânsitos entre o urbano e o rural. Esse logradouro era conhecido como Rua Nova, também notório por abrigar uma zona de meretrício que, até os dias de hoje, povoa o folclore compartilhado pela população caetiteense, em que pese a tentativa de silenciamento pela memória oficial.⁸

Foi no cenário da Rua Nova que Laurides Silveira, ou apenas Laura, de vinte e oito anos, enquanto observava o movimento dos transeuntes na porta da casa de uma companheira, convidou Antonio Ferreira para uma conversa, marcando então um encontro na casa de outra companheira, segundo os autos “a fim de terem relações sexuais”.⁹ Neste mesmo dia, à tarde, os dois se encontraram no único quarto da casa de Constança. Momentos depois, apareceria Laura na casa de outra vizinha, Rita de Cassia, pedindo-lhe um copo d’água e tendo em suas mãos um revólver com cabo de madrepérola. Essa mesma arma seria apreendida no quarto, naquele dia, junto ao corpo de Antonio que “jazia no sólo, em uma poça de sangue”.¹⁰

A condução e o desfecho desse caso de homicídio acompanharão o decorrer de nossa análise, pois a história de Laurides, acusada de homicídio doloso contra Antônio, revela em sua narrativa mais do que um simples caso de legítima defesa da vida. Ela abre brechas e possibilidades para descortinar um universo de mulheres que viveram e sobreviveram, amaram e odiaram, gritaram e silenciaram, mataram e morreram, um universo ainda pouco conhecido em Caetité e na região do alto sertão da Bahia.

Dentre as estratégias de sobrevivência das mulheres pobres que foram criminalizadas no processo de modernização do alto sertão baiano, uma delas se destaca nos processos analisados e merece atenção especial, sobretudo por não contar, ainda, com um volume expressivo de pesquisas e/ou estudos mais elaborados.¹¹ Trata-se do exercício da prostituição nas primeiras décadas do século XX, fenômeno que, em nossa análise, extrapola a mera designação de “profissão do sexo” e contempla estratégias de sobrevivência, relações de poder, bem como o uso dos prazeres e da violência contidos nas narrativas e discursos sobre essas mulheres.

Designadas como “mulheres de vida pública, mulheres livres ou meretrizes” pelas autoridades judiciais, estas personagens emergem nos autos criminais assumindo alternadamente os papéis de vítimas, acusadas ou testemunhas nos crimes de homicídio. Ressaltamos que, invariavelmente, nos interrogatórios ou depoimentos analisados, essas mulheres não admitiam desempenhar o ofício de

⁸ Os poucos relatos acerca da Rua Nova estão presentes em causos e anedotas contadas, referentes, sobretudo, às décadas de 1960 e 1970, que incluíam prostíbulos e figuras mitológicas, como Ana Rebolo, uma das mais famosas prostitutas da cidade, que não habitava, porém, a referida rua. Alguns destes causos estão presentes, de forma bastante caricaturesca, no livro “Pérolas do Humor Caetiteense”, do autor Etevaldo Mônico da Silva (2011).

⁹ Arquivo Público Municipal de Caetité, doravante APMC. Série: Autos Crimes. Subsérie: Homicídio. Data-limite 1918-1992. Caixa: 56.

¹⁰ APMC. Série: Autos Crimes. Subsérie: Homicídio. Data-limite 1918-1992. Caixa: 56.

¹¹ Algumas pesquisas iniciais, realizadas como projetos ou trabalhos de conclusão de curso no campus VI da Universidade do Estado da Bahia, acerca do exercício da prostituição em Caetité e seus significados históricos, apesar de serem importantes apontamentos para estudos posteriores, não tiveram prosseguimento de caráter acadêmico. Esses estudos contemplam como temporalidade de análise a segunda metade do século XX e o crescimento dos prostíbulos em Caetité, bem como a crescente preocupação das autoridades com a Rua Nova. Assim, estudos que contemplem a prostituição alto sertaneja no início do século XX ainda carecem de serem realizados e o que propomos aqui é apontar caminhos e possibilidades para a exploração desta temática.

prostituta ou qualquer um de seus sinônimos, indicando muitas vezes serem empregadas em serviços domésticos. Ainda que apenas um processo criminal de homicídio cite mulheres designadas como prostitutas ocupando a posição de vítima, é possível supor que alguns crimes desta natureza contra meretrizes nem chegassem a se constituir como um processo. Além disso, um maior número de “mulheres prostitutas” no rol de testemunhas desses casos permite supor que muitas estavam imersas em um contexto de violência e exclusão e que, para se protegerem da vigilância jurídica sobre suas vidas e corpos e do estigma que seu ofício carregava, elas alegavam serem empregadas domésticas, ainda que parte delas de fato o fossem.

Sem a proposta de realizar uma análise densa sobre a temática, ou sobre a história da prostituição em Caetité, realizamos, a partir das experiências encontradas nos processos, uma discussão não apenas sobre a prática do meretrício em si, mas sobre as representações e discursos acerca de sua presença no espaço público, de suas relações, trânsitos e significados para a época. As denominações usualmente encontradas nos processos para se referirem às prostitutas carregam o peso dos papéis de gênero e lugares atribuídos às mulheres de uma forma geral. Uma mulher de vida livre não necessariamente seria a dona de sua própria liberdade, pois sua sobrevivência estaria atrelada às condições sociais, culturais e econômicas que a levaram ao exercício do meretrício. Por sua vez, uma mulher pública aparentemente rompia com o lugar do privado tradicionalmente reservado ao gênero feminino ainda que, para as mulheres pobres, o espaço da rua nunca tenha sido uma novidade.¹² Seu corpo também seria algo “público”, sujeito e objeto de uma história que a desqualificava moralmente:

Depravada, debochada, lúbrica, venal, a mulher – também se diz a “rapariga” pública é uma “criatura”, mulher comum que pertence a todos. O homem público, sujeito eminente da cidade, deve encarnar a honra e a virtude. A mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria (PERROT, 1998, p. 7)

Não buscamos aqui atribuir a essas mulheres, já bastante estigmatizadas pela memória cristalizada, um papel de vítimas do empobrecimento resultado da crise socioeconômica que atingiu os sertões, provocada por longos períodos de estiagem e pela grande concentração de renda. Em contrapartida, não nos cabe lhes atribuir um papel de heroínas que desafiaram os padrões morais conservadores e hipócritas das classes dominantes caetiteenses. A prostituição, no período estudado, assume significados singulares e o próprio conceito do que seria considerado “prostituir-se” poderia

¹² “Às mulheres negras não coube experimentar o mesmo tipo de submissão vivido pelas mulheres brancas de elite até inícios do século XX. Tampouco seu espaço de atuação foi unicamente o privado, reservado às bem-nascidas, uma vez que, pobres e discriminadas, se viram forçadas a lançar mão de uma gama de estratégias para sobreviver e fazer frente aos desafios cotidianos. A chegada do novo século encontrou-as trabalhando como pequenas sitiantes, agricultoras, meeiras, vendedoras de leguminosas e demais produtos alimentícios nas ruas das cidades brasileiras. Muitas delas viviam em lares sem presença masculina, chefiando a casa e providenciando o sustento dos seus. Outras trabalhavam para famílias de mais posses como criadas para todo o serviço. Algumas haviam conseguido acumular patrimônio, formar núcleos familiares estáveis, criar redes de solidariedade e comunidades religiosas. Ao contrário do prescrito para a mulher idealizada da época, as negras circulavam pelas ruas, marcando a seu modo presença no espaço público. Tal presença, entretanto, incomodava e seria alvo de intervenções das autoridades de então” (NEPOMUCENO, 2012, p. 382).

oscilar de acordo com a interpretação dos discursos jurídicos presentes na documentação. Acerca do conceito histórico de prostituição, Rago problematiza:

Construído no século XIX a partir de uma referência médico-policial, o conceito de prostituição não pode ser projetado retroativamente para nomear práticas de comercialização sexual do corpo feminino em outras formações sociais, sem realizar um aplainamento violento da singularidade dos acontecimentos. Fenômeno essencialmente urbano, inscreve-se numa economia específica do desejo, característica de uma sociedade em que predominam as relações de troca, e em que todo um sistema de codificações morais, que valoriza a união sexual monogâmica, a família nuclear, a virgindade, a fidelidade feminina, destina um lugar específico às sexualidades insubmissas (RAGO, 1991, p. 23).

Ressaltamos que o simples registro de uma mulher nos autos criminais como sendo “de vida livre” ou “de vida pública” não expressava com fidedignidade que ela exercesse a prostituição nos termos de comercializar a prática sexual enquanto um ofício. O exercício de uma sexualidade desviante, ou mesmo a presença dessas mulheres mais pobres convivendo em zonas de baixo meretrício como a Rua Nova, poderia ser suficiente para que as mulheres fossem estigmatizadas e enquadradas como tal. Esse parece ser o caso da jovem Júlia Rodrigues, de dezesseis anos, que, em 1926, testemunha o homicídio de sua prima Sebastiana. Na descrição do inquérito, Júlia é qualificada como “mulher de vida pública”, ainda que ela alegasse estar fazendo uma visita à sua parente e residir no município de Urandy.¹³

Neste caso, o fato de Júlia ter frequentado um espaço considerado como zona de meretrício e ainda manter laços de parentesco com uma mulher identificada como meretriz era suficiente para que compartilhasse do estigma de sua prima nos discursos jurídicos. Outras mulheres que habitassem os arredores da Rua Nova poderiam ser alvo da mesma vigilância e, sendo solteiras, dividindo casas com outras mulheres, bebendo na companhia de homens e exercendo sua sexualidade sob outros padrões de moralidade, seriam enquadradas enquanto prostitutas, ainda que não correspondessem aos critérios mais tradicionalmente definidos para as “profissionais do sexo” através dos séculos.

A Rua Nova é o cenário predominante dos conflitos que envolviam a prostituição em Caetité, o que se identifica na maioria dos processos analisados. Tratava-se de um logradouro localizado em uma área do centro urbano caetiteense, em uma região com intensa movimentação e fluxo de pessoas devido à proximidade com o mercado público do município. Entretanto, seus moradores e moradoras pertenciam às camadas pobres da população caetiteense, habitando moradias mais humildes que aquelas que circundavam a igreja matriz. Nos processos analisados, três casos envolvendo homicídio e lesões corporais ocorrem na Rua Nova, enquanto o único processo de defloração no qual encontramos uma testemunha intitulada de “vida livre”, se passa no arraial do Bonito, em um logradouro conhecido como “rua de cima”.

A prostituição se estabelecia assim, no alto sertão baiano, ainda que sendo uma região caracterizada por aspectos rurais, enquanto fenômeno predominantemente urbano. Ressaltamos que, em

¹³ APMC. Série: Autos Crimes. Subsérie: Homicídio. Data-limite 1918-1992. Caixa: 56.

uma sociedade estruturada pelo conservadorismo e por valores religiosos católicos¹⁴ como a caetiteense, a própria referência à existência da prostituição está obscurecida nos relatos memorialísticos oficiais. As zonas de baixo meretrício, ainda que localizadas próximas ao centro comercial, ocupavam uma região que não era considerada nobre para a época. Pela pequena extensão do perímetro urbano, assemelhava-se a uma zona periférica, pois “as casas da Rua Nova (hoje chamada 24 de outubro) ficavam no terreno do cemitério do Santíssimo Sacramento – construído em meados do século XIX e depois desativado” (SANTOS, H, 1996). A presença de mulheres consideradas “mundanas” mantinha-se próxima, assim, não apenas das áreas comerciais ou da residência de famílias de “moral ilibada”, mas cercada por igrejas católicas, como a de São João e a de São Benedito, e irmandades, como a do Santíssimo Sacramento. Nesses arredores caetiteenses, o sagrado e o profano não estavam geográfica e simbolicamente tão distantes quanto se poderia.

A Figura 1 é um registro atual da antiga Rua Nova, que, após se chamar 24 de outubro, foi batizada como “Rua Professor Hélio Negreiros”.

Figura 1 – Atual Rua Hélio Negreiros, localizada em Caetité-BA/Antiga Rua 24 de outubro Antiga Rua Nova



Fonte: Registro da autora. Maio, 2018.

O logradouro possui construções recentes que contrastam com casas mais antigas e simples, provavelmente datadas da segunda metade do século XX. Algumas das residências que aparecem na imagem possuem a inscrição “ASC”, que indica a sua aquisição por meio de

¹⁴ “A cidade de Caetité, localizada no interior do estado, pertencente a uma área de entroncamento, destacou-se entre as cidades do alto sertão baiano, tornando-se um polo religioso de grande importância para a hierarquia católica. Seu destaque no território dava-se pelo seu protagonismo regional nas instâncias políticas, sociais e econômicas, mas também por ali transitar espíritas e protestantes, o que tornou heterogêneo e dinâmico campo religioso da cidade e região, o que representava uma ameaça a sua posição hegemônica. Desse modo, desde as visitas pastorais do Arcebispo Primaz do Brasil D. Jerônimo Tomás da Silva a Caetité e mediações, o sacerdote procurou tomar medidas para intensificar a atuação da instituição pelo território, seja nomeando padres afinados com os ideais da reforma, seja enviando Ordens religiosas que passaram a cuidar da formação moral, intelectual e espiritual da população local” (SANTOS, F., 2020, p. 206).

herança ou doação pela associação de caridade da cidade.¹⁵ É possível que algumas dessas mulheres tenham sido assistidas pela instituição e ao, morrerem, tenham lhes repassado a guarda das propriedades. Atualmente, o aluguel destes imóveis constitui uma das fontes de sustento desta entidade filantrópica, que permanece sob novos moldes atuando no município.

Dentro e fora da Rua Nova, as casas das mulheres de vida livre se convertiam em local de encontro e de socialização, principalmente para homens da classe trabalhadora, urbanos e rurais. É “na casa de Candinha, rapariga que mora na rua de cima em Bonito” que, em 1941, o lavrador Deoclides Leão, embriagado, anunciava que tiraria a jovem Almira Pereira da casa de sua família e que “a menina era dele”.¹⁶ Maria Cândida de Jesus tornou-se, assim, testemunha no processo de defloramento de Almira, pois teria presenciado as ameaças de Deoclides.

Outros processos, sobretudo de lesões corporais, ainda que protagonizados por homens (réus e vítimas), apresentam a participação de meretrizes nas entrelinhas dos relatos, afinal suas casas eram espaços comuns de sociabilidade masculina. Muitas vezes, esses espaços se tornavam cenários de episódios delituosos e a violência, sobretudo de gênero, pairava constantemente sobre o cotidiano das prostitutas. Enfatizam Josivaldo Pires Oliveira e Luiz Pinheiro Leal, ao analisarem o contexto da cidade de Salvador nas primeiras décadas do século XX:

As zonas indicadas como de prostituição eram também reincidentes nos casos de desordem e outras formas de contravenção, como conflitos que produziam lesões corporais, às vezes até homicídios em suas vítimas. Portanto, as casas de prostituição eram ambientes instigadores desses conflitos por várias razões, desde as mais fúteis, como bebedeira, até as mais qualificadas como a disputa de poder nas zonas (OLIVEIRA; LEAL, 2009, p. 134)

As relações entre mulheres, prostitutas ou não, que conviviam nos limites da Rua Nova, emergem nos processos enquanto um emaranhado de sociabilidades bastante inter-relacionadas. Por meio delas, identificamos solidariedades e rivalidades cotidianas entre companheiras de casa, vizinhas e conhecidas que compartilhavam esses espaços. Não raramente, o rol de testemunhas em crimes que envolvem “meretrizes”, diferindo de outros processos com presença majoritária masculina, é composto em sua maioria por mulheres.

Essas mulheres, enquanto companheiras na vida e na morte, dividiam casas ou as emprestavam para encontros amoroso-sexuais, compartilhavam mesas de bares, realizavam viagens juntas, se protegiam, se defendiam: “Explosivas, eram ao mesmo tempo, extremamente solidárias entre si, seja pela condição estigmatizante, seja pelas ameaças de perseguição social e policial” (RAGO, 1991, p. 236). Sabiam que, sozinhas, estariam mais vulneráveis à violência, à repressão e a outras adversidades cotidianas.

¹⁵ A Associação das Senhoras de Caridade de Caetité foi uma entidade beneficente, idealizada e presidida durante várias gestões por Celsina Teixeira. Foi fundada por um grupo de senhoras da elite caetiteense. O contexto de sua fundação deve ser analisado não apenas em consonância com as condições sociais e econômicas do período, mas, sobretudo, associado à criação de outras entidades em diversos locais pelo Brasil (RIBEIRO, 2012, p. 168)

¹⁶ APEB. Sessão Judiciário. Série Processos-Crime Defloramento. 1933. 25/1009/16.

Por sua vez, na condição de rivais, podiam disputar espaços de atuação ou mesmo a narrativa dos crimes, como no caso que abre nossa análise. Estando a ré Laurides frente a frente com a testemunha Maria Rosa Lima, suas rivalidades se destacaram assim como suas declarações a justiça entraram em conflito. Após a prisão em flagrante, durante o interrogatório, Laura afirma:

Achava-se sentada na cama quando defrontou-se Antonio ante ela empunhando um revolver ameaçando atirar-lhe ao peito ao tempo em que dizia que “hoje seria cobrado novos e velhos”. Que nessa emergencia ela temendo ser ferida arrebatou o braço de Antonio abaixando o braço deste e ouvindo a detonação.¹⁷

Laura trazia, assim, em seu relato, a justificativa da legítima defesa da vida e a não intenção de matar, o que caracterizaria o crime como homicídio culposo. Por sua vez, a testemunha Maria Rosa, baseada nas palavras de terceiros, aludia a uma possível motivação para o crime, justificada pela falta de pagamento de um determinado valor em dinheiro pela vítima, declarando que “por ouvir também de Rita sabe que Laurides exigiu de Antonio vinte mil réis e que este dissera-lhe que naquele momento só lhe poderia dar cinco mil reis, podendo na sua volta dar-lhe o restante”.¹⁸ Ao refutar a declaração da testemunha, Laurides alega que “contestava o depoimento da depoente por ser ela sua inimiga”.¹⁹

A rivalidade entre essas mulheres poderia surgir pela necessidade de preservação de um relacionamento amoroso ou da clientela, tanto por parte de uma prostituta quanto de uma mulher considerada “honesta”. Nesses casos, a violência entre as mulheres mostrava que elas estavam dispostas a defender “com unhas e dentes” suas relações, direcionando sua raiva para a “outra”. Foi assim que, em 1920, Maria dos Anjos agrediu fisicamente Presilina Roza de Jesus, descrita nos autos como “mulher de vida livre”.

A vítima estava na casa comercial do negociante Bia Bastos, escolhendo um espelho para comprar, quando recebeu uma pancada na cabeça com o salto da sandália da acusada. Inquirida sobre os motivos de Maria, visto que ambas não se conheciam, Presilina “supõe ter dado origem ciúmes da ofensora por causa do senhor Bias ter frequentado a casa dela respondente, já tendo costumes com a ofensora”.²⁰ A vítima Presilina, sendo branca e mantendo relações com um comerciante local, poderia não ser uma profissional do “baixo meretrício” caetiteense, mas continuava sujeita à violência no espaço público da cidade.

Dois processos de homicídio que envolvem prostitutas, uma como acusada e outra como vítima, obtêm diferentes desfechos em relação à condenação dos réus. Enquanto Laurides, acusada de homicídio doloso, é condenada pelo tribunal do júri a cumprir dois anos de prisão na Penitenciária do Estado da Bahia, o processo do soldado Jonas, autor do homicídio da meretriz Sebastiana, apesar de também ter sido analisado por um júri, apresenta resultado inconcluso. A condenação e aplicação da pena não é tão comum nos processos analisados neste estudo, sobretudo quando existe alegação de legítima defesa.

¹⁷ APMC. Série: Autos Crimes. Subsérie: Homicídio. Data-limite 1918-1992. Caixa: 56.

¹⁸ APMC. Série: Autos Crimes. Subsérie: Homicídio. Data-limite 1918-1992. Caixa: 56.

¹⁹ APMC. Série: Autos Crimes. Subsérie: Homicídio. Data-limite 1918-1992. Caixa: 56.

²⁰ APMC. Série: Autos Crimes. Subsérie: Lesões Corporais. Data-limite 1918-1946. Caixa: 77.

Entretanto, é provável que a profissão da ré tenha pesado como elemento negativo durante o julgamento pelo júri. Afinal, a vida de uma mulher e prostituta, em uma sociedade misógina e patriarcal, não era digna de atenção e desvelo. No segundo caso, a patente de Jonas pode ter-lhe sido útil para conseguir, se não a absolvição, ao menos escapar de uma condenação. O caso está descrito na transcrição abaixo:

Na noite de 10 do corrente mez de junho de 1926, na cidade de Caetité na Rua Nova, às 8 horas da noite, o soldado Jonas da Conceição Vaz estava em casa de Elvira Pereira da Silva com um seu companheiro de nome Braulino José Pacheco, e de duas mulheres de vida pública, Julia Rodrigues Gomes e Sebastiana de Tal, conversando debruçado em uma mesa. Depois da saída do seu colega, ficou o soldado Jonas em companhia das duas mulheres. Conversando então com Sebastiana de Tal, tirou da cinta uma arma de fogo que trazia e disse-lhe: esta trinta e oito nunca comeu nada, e mirou a arma em sua frente. Neste momento a arma disparou indo o projectil alojar-se na cabeça de Sebastiana, que instantaneamente cahiu morta no chão, com o ferimento constante do auto de exame cadavérico. Ao ouvir o estampido produzido pelo tiro o soldado Braulino José Pacheco, que poucos momentos antes estivera onde se achava o companheiro Jonas e as duas mulheres para ali se dirigiu e ainda encontrou Jonas da Conceição Vaz, trazendo na mão, a arma com que tinha dado o tiro – uma garrucha fôgo central -. Então Braulino lhe deu voz de prisão, e o conduziu a presença do Delegado de Polícia.²¹

Jonas da Conceição e seu companheiro Braulino Pacheco pertenciam à Força Pública do Estado.²² Estavam compartilhando de um momento de socialização na casa de Elvira Pereira, acompanhados de “duas mulheres de vida pública”, momentos antes de Jonas assassinar Sebastiana com um tiro na cabeça, alegando disparo acidental. A presença de membros da força policial mantendo relações amistosas ou violentas com prostitutas não era necessariamente um fenômeno isolado em uma região específica. Tal fenômeno também se manifestava em outras localidades do estado, da capital ao interior. Sobre essa situação em Salvador, Carolina Mendonça, ao analisar imagens da prostituição feminina nas primeiras décadas republicanas, por meio de discursos e representações, afirma que “com o intuito de reprimir a sua ação, buscando diversão com elas, compartilhando os espaços do ‘lar e do botequim’ ou mantendo relações amorosas, os chamados ‘homens de farda’ conviviam, diariamente, com as profissionais do sexo” (MENDONÇA, 2014, p. 82).

Em Itabuna, Carolina Oliveira, ao elaborar a narrativa dos trânsitos, práticas e conflitos das prostitutas, entre 1930 e 1960, ressalta as relações marcadas por cumplicidade e tensão vividas entre meretrizes e policiais:

Se nem sempre os policiais se portaram como representantes da ordem, talvez seus contatos com o comércio do sexo não fossem tão áspers. As conexões maleáveis entre aquelas trabalhadoras, os guardas e delegados de polícia viabilizaram a

²¹ APMC. Série: Autos Crimes. Subsérie: Homicídio. Data-limite 1918-1992. Caixa: 56

²² “As Forças Públicas tinham características tipicamente militares, fundamentadas na hierarquia e na disciplina, cujos objetivos atendiam a fins primordialmente políticos, alicerçados no poderio bélico e beligerante. A característica militar das Forças Públicas provinha ainda do Império, mas foi, sem sombra de dúvida, acentuada durante os primeiros anos da República, e as acompanhou por longos anos. [...] A Força Pública teve, assim, um caráter híbrido: militar e policial. Militar no que tange à defesa da autonomia do Estado e sustentação da política dos governadores (até 1930), e policial no que se refere à preservação da segurança pública. É importante lembrar que, apesar de terem tido um papel relevante no aspecto político, as Forças Públicas não deixaram de atuar na segurança pública. Uma pesquisa mais apurada veio demonstrar que elas foram empregadas de forma contundente na manutenção da ordem pública nos respectivos Estados. Combate ao crime fazia parte das atribuições típicas e peculiares dessas instituições (CARVALHO, 2011, p. 14-15).

manutenção do meretrício no centro. Talvez porque aquele território também fosse oportuno para certos clientes “engravatados” membros das municipalidades (OLIVEIRA, 2011, p. 83).

Assim como a relação amistosa ou conflituosa com os homens da lei, o processo de criminalização da figura da prostituta fazia parte do cotidiano dessas mulheres, ainda que a prostituição em si não constituísse crime previsto pelos códigos penais de 1890 e 1940. Com a República, surgira, no entanto, a tipificação do crime de lenocínio para aqueles que favorecessem a prática do meretrício. É o que se observa no código de 1890:

DO LENOCÍNIO

Art. 277. Excitar, favorecer, ou facilitar a prostituição de alguém para satisfazer desejos desonestos ou paixões lascivas de outrem:

Pena - de prisão celular por um a dois anos.

Parágrafo único. Se este crime for cometido por ascendente em relação à descendente, por tutor, curador ou pessoa encarregada da educação ou guarda de algum menor com relação a este; pelo marido com relação à sua própria mulher:

Pena - de prisão celular por dois a quatro anos.

[...]

Art. 278. Induzir mulheres, quer abusando de sua fraqueza ou miséria, quer constringendo-as por intimidações ou ameaças, a empregarem-se no tráfico da prostituição; prestar-lhes, por conta própria ou de outrem, sob sua ou alheia responsabilidade, assistência, habitação e auxílios para auferir, direta ou indiretamente, lucros desta especulação:

Penas - de prisão celular por um a dois anos e multa de 500\$ a 1:000\$000.²³

Com o Código Penal de 1940, o capítulo V, “Do lenocínio e do tráfico de mulheres”, incluiu os seguintes artigos:

Art. 227. Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem

Art. 228. Induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone.

Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente.

Art. 230. Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça.

Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha exercer a prostituição, ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro.²⁴

Assim, as leis sobre o lenocínio faziam parte de um projeto de regulamentação da prostituição. Não se previa acabar com sua existência, mas educar moralmente a sociedade sobre os seus perigos. Salientamos que não encontramos em nossas fontes indícios da prática de cafetinagem na Rua Nova, o que não implica em negar a possibilidade da existência do lenocínio na região. A criminalização das mulheres poderia ocorrer, de forma direta ou indireta, por outros meios. No código penal de 1890, o

²³ Código Penal de 1890. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em 10 fev. 2018.

²⁴ Código Penal. Decreto-Lei N° 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>

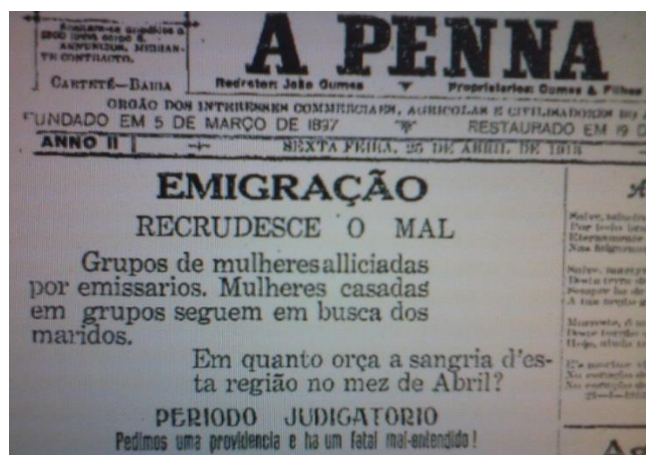
estupro da prostituta era desqualificado e recebia pena menor que o mesmo crime cometido contra a “mulher honesta”. Outro artigo que poderia enquadrar penalmente as prostitutas seria o artigo 282, alusivo ao “ultraje público ao pudor”, aprovado no intuito de civilizar seus hábitos no espaço público.

Nos processos criminais estudados, as mulheres de vida livre frequentemente eram apontadas não apenas como praticantes de uma sexualidade condenável, mas também portadoras de vícios como o alcoolismo. Entretanto, não há por parte dos discursos jurídicos nenhum apelo para o controle ou punição da prostituição, havendo esta tolerância que se caracteriza, assim como no discurso médico, como “mal necessário e, portanto, não deveria ser extinta” (ENGEL, 2004, p. 105) para atender aos instintos sexuais masculinos.

REPRESENTAÇÕES DA PROSTITUIÇÃO CAETITEENSES NOS DISCURSOS DAS ELITES

A tolerância à prostituição feminina, sugerida pelos processos criminais, não aparecia da mesma forma nos alertas da imprensa caetiteense, que expressava a visão de uma elite intelectual que, embora almejasse um projeto de modernização e progresso, possuía valores arraigados na moral cristã e encarava o meretrício como um empecilho para seus planos de civilidade na região. Em suas páginas, o jornal *A Penna*²⁵ denunciava constantemente as ameaças que a vadiagem, a mendicância e a prostituição representavam para a sociedade caetiteense e demonstrava quase sempre uma preocupação com o intenso fluxo migratório de mulheres e homens dos sertões para o sudeste, como é possível observar na imagem de capa do jornal, em publicação de 1913, disposta na Figura 2. :

Figura 2 – Primeira página da edição de 25 de abril de 1913 do jornal *A Penna*.



Fonte: APMC-CD 01

²⁵ “O Jornal *A Penna*, editado no município de Caetité, circulou entre os anos de 1897 e 1943. De publicação quinzenal, se dizia o “órgão dos interesses commerciaes, agricolas e civilizadores do alto sertão”. Era impresso na Typographia d’A Penna, de propriedade de João Antonio dos Santos Gomes, jornalista, romancista e dramaturgo, que exerceu os cargos de escrivão, coletor estadual e federal, secretário e tesoureiro da Intendência Municipal. Atuou em diversos governos municipais. Como afirmou em 1912, esteve “desde 1889 intimamente ligado ao serviço e negócios municipaes; assistiu, n’ella collaborando, a reorganisação do municipio após a Republica e vio a evolução e melhora de tudo isso acompanhando-as dia a dia”. *A Penna*, anno I, n. 23, p. 1, nov. 1912. Com a morte de João Gomes, em 1930, o jornal circulou sob a direção do seu filho Sadi Gomes (SANTOS, 2014, p. 17).

A preocupação com as mulheres emigrantes solteiras e casadas e o risco do “aliciamento” emergem das tintas da imprensa caetiteense. Uma mulher que saísse de seu lar, sozinha ou acompanhada pelos filhos, rumo a um destino incerto, ameaçava a ordem social e estaria vulnerável ao temido fantasma da prostituição. Por sua vez, o retorno desta mulher, “movida por fúteis vaidades”, para a região, incutida de hábitos e valores condenáveis pela boa sociedade, seria um risco para a preservação da moral das famílias:

As urgentes necessidades que assediam uma pobre mulher abandonada aos cuidados de estranhos hypocritas, cercada de filhinhos a solicitar pão e vestido e em meio de sérios perigos, às fúteis vaidades do sexo frágil ávido da vistosa pompa que não pode obter, mesmo se as instâncias de uma natureza intertropical, tudo é o Satanás tentador que arrasta ondas caudalosas para o enxurro dos vontaibros que para esse terrível maestro das angustias de desilusões e de torpezas atrahe uma contínua corrente de indivíduos de ambos os sexos [...]. Podemos apresentar aos olhos dos nossos leitores os modos diversos por que se dá a desmoralização da família entre nós por causa do êxodo, teríamos muito que escrever.²⁶

A migração do sertanejo pobre estava associada às fortes estiagens, à crise na produção agrícola, e à promessa de um futuro menos sofrido em outras regiões do país. Os homens eram maioria nas levas de emigrantes. Entretanto, a preocupação da imprensa caetiteense, representante ideológica da elite intelectual local, direcionava-se para as mulheres enquanto responsáveis pela manutenção da moral e dos bons costumes. Essa elite também deixou registrada, em suas memórias, as imagens de mulheres em situação de prostituição transitando pelas ruas da cidade, como se observa no relato de Flavio Neves, membro de uma das famílias da elite caetiteense, acerca do diálogo de uma jovem prostituta com sua pequena filha. O homem relata a visita a uma zona de baixo meretrício, ou “plantel de baixa valia”, em suas palavras, ainda durante a infância:

Não ostensivo, pois bem resguardado em certos locais. A nossa curiosidade de meninos, fedelhos como lá diziam, levavam-nos a investigação dos lugares de perdição, a surpreender rapazes conhecidos em suas incursões às primeiras horas da noite.

Um plantel de baixa valia situava-se no Pega e Puxa, uma ladeira atrás do Mercado Municipal. De uma delas guardo a imagem pelo que dela vi e ouvi [...] A atitude da referida prostituta foi original e pitoresca. Ela, uma mulatinha nova, quase preta, achava-se, em dia de feira, sentada à calçada junto ao mercado. Uma filhinha de seis meses sobre os joelhos, a mãe encantada e carinhosa. Em um de seus arroubos ouvi-a dizer e com palmadinhas ao trazeiro da miúda: “belezinha da mamãe, quando crescer vai ser uma putinha feito a mamãe”. Eu era apenas um menino, mas impressionei-me com aquele projeto de vida, que era tudo quanto aquela jovem mãe tinha a oferecer (NEVES, 1986, p. 86).

Esse trecho integra o relato memorialístico do jovem da família Neves sob o subtítulo “O pecado em Caetité”. É a partir das lembranças de um homem cristão de elite que visualizamos a presença de uma mulher prostituída em um espaço público (o mercado), bem como sua relação de afetividade com a filha ainda bebê. Diante de um volume maior de memórias ou textos dispersos referentes à

²⁶ *A Penna*, Anno II, 26 de janeiro de 1912.

prostituição após a década de 1970, Flávio Neves permite compreender, por meio deste breve comentário, o comportamento da sociedade caetiteense do início do século XX em relação ao meretrício. O que Flávio destaca em recordação é o conflito entre os valores morais nos quais fora educado e os valores familiares recriados dentro de uma moralidade desviante por aquela “mulatinha nova, quase preta”.

Percebemos também nesse relato, por meio da descrição da cor da pele, o que nem sempre é facilitado pelos silêncios dos processos criminais: a presença das mulheres negras nas zonas de prostituição alguns anos após a abolição da escravidão. O mercado de prazeres sexuais e as relações com homens de várias categorias sociais poderia representar, para essas mulheres, uma alternativa de sobrevivência no espaço urbano. Anunciar que a filha seria uma “putinha feito a mamãe” estaria dentro do “horizonte de expectativas” daquela jovem mulher, o que não era para ela algo depreciativo ou fatalista, nem mesmo “tudo o que tinha a oferecer”, como afirma o narrador, mas uma previsão lógica, proporcionada pelo “espaço de experiência” da prostituição, que poderia ser uma ocupação transmitida entre gerações. Tratando das categorias passado e futuro, Kosellek afirma que experiência e expectativa se entrelaçam:

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. [...] Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias. Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto (KOSELLECK, 2006, p. 309-310).

As experiências das mulheres são projetadas nas relações familiares e no exercício da maternidade. Rompe-se com o mito da meretriz solitária e egoísta, de “ventre seco”, sem filhos. As prostitutas eram mães e poderiam constituir famílias sob outros padrões de conduta, que diferiam do modelo familiar burguês e patriarcal, assim como muitas outras mulheres pobres, solteiras, viúvas e amasiadas não correspondiam ao modelo almejado pelas classes dominantes.

Os registros de uma vida familiar ou de uma vida solitária presentes nos fragmentos da história de “mulheres de vida livre” poderiam vir à tona por ocasião de seu falecimento, não somente quando eram alvo de homicídio, mas também quando morriam de causas naturais ou acidentais. Ocasionalmente, em registros de óbitos ou em notas de jornais são mencionados seus nomes e profissão, como nos casos Micaella e Francelina. No livro de registros de óbitos da paróquia de Caetité tivemos contato com o relato do falecimento da idosa Micaella de Tal, classificada como “prostituta”, vítima de queimaduras, em 1922.

Aos dezessete dias do mez de setembro do anno de mil novecentos e vinte e dois, nesta cidade de Caetité, em meu cartório, compareceu o cidadão Cezar Castro e, em presença das testemunhas abaixo assignadas, declarou que hoje as nove horas do dia nesta cidade de Caetité faleceu queimada Micaella de Tal, com oitenta anos de idade,

Prostituta, deixando uma filha alucinada; e há de sepultar no cemitério municipal desta cidade, do que para constar, faço este termo em que commigo assignam o declarante e as testemunhas Joaquim Miguel Dias, e Octavio Macedo de Carvalho a que este negociante digo aquelle negociante e este artista, todos residentes nesta cidade. Eu, Pedrito Castro, escrivão de paz o escrevo e assigno.²⁷

A respeito da filha de Micaella, dita “alucinada”, não sabemos sua idade, mas provavelmente deveria ser adulta, o que demonstra a permanência dos laços entre mãe e filha mesmo após a infância e a juventude. Aos oitenta anos, Micaella de Tal permanecia carregando o estigma de sua ocupação. Ela foi identificada no registro de óbito não como “mulher pública”, “de vida livre”, “meretriz” – o que comumente acontecia nos autos criminais – mas como prostituta.

A menção às pessoas que se envolviam com as despesas de sepultamentos de prostitutas revela, também, as possíveis relações mantidas em vida por elas. É possível que Micaella, com o tempo, tenha se tornado dona de bordel e, por isso, exercido relações de poder com vários indivíduos da sociedade. O fato de, apesar da sua avançada idade, ainda ser reconhecida como prostituta e a presença de testemunhas, como um negociante e um artista (artesão), pode corroborar essa sugestão.

Outro registro que faz referência a uma prostituta é o anúncio da morte da “rapariga” Francellina. No jornal *A Penna* está o relato de que ela falecera sozinha em sua casa. O anúncio é também uma cobrança para a construção de um asilo na cidade:

Francellina, uma rapariga paupérrima e doente de syphilis há muito tempo, a princípio conseguia arrastar-se em busca da caridade pública, mas afinal recolheu-se ao seu lugar, sem recursos, sem o precioso amparo em sua deplorosa situação. Porém, morreu só, quem sabe se a forme ou a sede, ou a míngua de outros recursos. Foi encontrada pelo sr. Clementino (sic) morta, assentada com a fronte apoiada sobre o braço. E as vizinhas de parede em meio ignoravam o facto. Mais uma flagrante prova da urgente necessidade de um asylo, de uma casa, por mais modesta que seja, onde sejam alojados esses infelizes perambulando arrastando penosamente a sua dolorosa existência pelas ruas da cidade, muitas vezes, levando bem a vista chagas horrendas, que são o atestado de sua situação miserável e uma terrível ameaça a saúde da população. Esses infelizes são, muitas vezes, indiscriminados, por andarem assim DESCARADAMENTE sem o menor respeito à gente boa e asseada. Que se deixem nas suas tocas. E a pobre Francellinna satisfez a exigência da boa sociedade. Morreu no seu canto, sem incomodar ao próximo. Foi sepultada as expensas da sociedade beneficente e teve a cova grátis. Que mais podia desejar?²⁸

Nas páginas do *A Penna*, a prostituição, a mendicância e a vadiagem, que tanto atemorizavam as elites, pairando como um fantasma sobre o projeto de um sertão moderno e civilizado, costumeiramente apareciam como justificativa para apelos à autoridade local visando à manutenção da ordem. No caso de Francellina, a necessidade de um abrigo que acolhesse os pobres infelizes que arrastavam suas chagas frente a toda “boa sociedade” caetiteense domina a narrativa de sua morte. O discurso higienista, que conclamava a limpar as ruas dos males que a pobreza causava, aliava-se ao discurso benevolente da caridade cristã, base para o projeto filantrópico apoiado pelo jornal. O articulista se utiliza do sarcasmo

²⁷ APMC. Livro de óbitos da comarca de Caetité (1890-1920)

²⁸ *A Penna*, Anno II, 1 de agosto de 1913, p. 4.

e da ironia em sua narrativa, criticando aquela sociedade que fechava os olhos para as mazelas de uma população miserável e que, mesmo assim, queria gozar de uma cidade com “ares de progresso”. A solução cristã para este problema social se materializava na construção de um asilo que pudesse abrigar essas pessoas.

A relação da prostituição com doenças venéreas, como a sífilis, foi bastante comum nos discursos médico-sanitários nos grandes centros urbanos. A associação entre a prática do meretrício e a pobreza provocava o temor de uma epidemia da doença, ainda que as classes mais abastadas e as prostitutas de luxo não estivessem imunes ao contágio. A prostituição, assim, se tornava uma ameaça tanto para a honestidade das famílias quanto para a saúde pública, pois “quanto mais miseráveis, maiores os riscos que representavam para a saúde física e moral do conjunto da população” (ENGEL, 2004, p. 98).

Para a elite caetiteense, o que mais poderia desejar a pobre Francellina a não ser “morrer sem perturbar a ordem e a moral das famílias?” Entretanto, o relato de uma morte solitária como a sua poderia ocultar uma vida marcada por uma rede de sociabilidades comum a essas mulheres consideradas “públicas” e necessárias à sua sobrevivência. A referência ao papel da sociedade beneficente em seu sepultamento, por outro lado, pode indicar a ausência de familiares que assumissem essa tarefa ou, muito provavelmente, a pobreza, que marcara tanto sua vida quanto sua morte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As “mulheres de vida livre” em Caetité se integravam à dinâmica de uma vida urbana ainda embrionária e ora contrastavam, ora justificavam o projeto de modernidade das elites republicanas nos sertões baianos, sobretudo em sua dimensão sanitarista e moralizante. Elas compunham um grupo social diverso, interseccionado por marcadores sociais e raciais que hierarquizavam as relações de poder presentes nos espaços onde circulavam e nas experiências sexo-afetivas que compartilhavam.

Por um lado, as mulheres do baixo meretrício caetiteense, em um período marcado por fortes estiagens, por uma crise de abastecimento e pelo êxodo rural, que arrastava as mulheres do campo para a vida nos núcleos urbanos, e diante da grande concentração de renda e do empobrecimento da população, avistaram no ofício de prostituta uma alternativa de sobrevivência. Por outro lado, os conservadores códigos de moralidade republicanos, expressos também no discurso jurídico, enquadravam todas as mulheres que exercessem uma conduta sexual desviante como “meretrizes” ou “mulheres públicas, independente de exercerem ou não a prostituição enquanto mercantilização de seus corpos.

As fontes históricas, imersas no discurso dominante, apresentam fragmentos das experiências dessas mulheres e procuraram situá-las em um lugar de marginalização ou como alvo de suas estratégias de civilização/modernização. Entretanto, nas entrelinhas das narrativas oficiais, é que suas histórias

podem ser descortinadas sob outros olhares, ao revelar as resistências cotidianas de mulheres que transitavam entre o público e o privado na sociedade caetiteense das primeiras décadas republicanas.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, G. S. de. *A Força Pública paulista na Redemocratização de 1946: dilemas de uma instituição entre a função policial e a destinação militar*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CUNHA, M. C. P. da. De historiadoras, brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX). *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 188-215, 1998.
- ENGEL, M. *Meretrizes e doutores. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- FERREIRA FILHO, A. H. *Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GINZBURG, Carlo. *A micro história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. da PUC-Rio, 2006.
- MENDONÇA, C. C. de. *Marias sem glória: retratos da prostituição feminina na Salvador das primeiras décadas republicanas*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- NEPOMUCENO, B. Mulheres negras: protagonismo ignorado. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. Maria. *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 382-409.
- NEVES, F. *Rescaldos de sandades*. Belo Horizonte: Academia Mineira de Medicina, 1986.
- NOGUEIRA, M. L. P. *Mulheres, história e literatura em João Gumes: Alto Sertão da Bahia, 1897-1930*. São Paulo: Intermeios, 2015.
- OLIVEIRA, C. dos A. N. *Astúcias do desejo: práticas e trânsitos de prostitutas na cidade de Itabuna – BA (1930 a 1960)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- OLIVEIRA, J. P. de; LEAL, L. A. P. *Capoeira, identidade e gênero*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- PERROT, M. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

RAGO, M. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RIBEIRO, M. P. *Mulheres e poder no Alto Sertão da Bahia: a escrita epistolar de Celsina Teixeira Ladeia (1901-1927)*. São Paulo: Alameda, 2012.

RUBIM, G. *Políticas do Sexo*. São Paulo: Ubu, 2017.

SANTANA, N de. *A prostituição feminina em Salvador (1900-1940)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996

SANTOS, F. N. *O processo de reestruturação da Igreja Católica em Caetité-BA (1908-1925)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2020.

SANTOS, H. L. Caetité, pequenina e ilustre. *Tribuna do Sertão*. Brumado, 1996.

SANTOS, P. H. D. *Légua tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul.-dez. 1990.

SOIHET, R. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

TILLY, L. A. Gênero, história das mulheres e História social. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 3, p. 29-62, 1994.

Data de submissão: 10/05/2022
Data de aprovação: 05/05/2023

Copyright (c) 2023 politeia



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)